

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO AO CONTRATO**

**DE**

**Aquisição de Serviços para evento : Terra Justa 2017**

**PARTE I – Cláusulas Jurídicas****Secção I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objecto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **Aquisição de Serviços para evento : Terra Justa 2017, cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.**

**Cláusula 2.ª****Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª****Prazo do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à prestação de serviços ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4.ª****Obrigações principais do prestador de serviços**

**Município de Fafe**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas** do Caderno de Encargos;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 5.ª****Objecto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 6.ª****Prazo do dever de sigilo**

O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

**Cláusula 7.ª****Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, **que não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores unitários, previstos na lista de artigos a submeter na plataforma, de acordo com o seguinte:**



## Município de Fafe

Código	Designação	Unidade	Qtd
	<b>Prestação de Serviços Para o evento Nacional : Terra Justa</b>		
1	1- Convite a individualidades e organizações, nacionais e internacionais, para CONVERSAS TEMÁTICAS	vg	1
2	2- Coordenação das CONVERSAS TEMÁTICAS	vg	1
3	3- Curadoria, design, selecção e gestão de conteúdos de EXPOSIÇÕES ANTOLÓGICAS	vg	1
4	4- Curadoria, selecção e gestão de conteúdos de EXPOSIÇÕES DE ARTE PÚBLICA	vg	1
5	5- Convite a individualidades e organizações, nacionais e internacionais para CONFERÊNCIAS. Convite ao(s) HOMENAGEADO(S) evento	vg	1
6	6- Organização e Coordenação DA MESA DO CICLO DE CONFERÊNCIAS	vg	1
7	7- Informação da logística do evento aos convidados	vg	1
8	8- Coordenação do acolhimento dos convidados em articulação com a Câmara Municipal	vg	1
9	9- Recepção, encaminhamento e despedida dos convidados	vg	1
10	10- Selecção de material videográfico	vg	1
11	11- Coordenação, edição, promoção e distribuição do LIVRO TERRA JUSTA, Encontro Internacional de Causas e Valores da Humanidade, em Fafe	vg	1
12	12- Estabelecimento de parcerias de promoção publicitária do evento e assessoria	vg	1
13	13- Colocação de uma equipa de vídeo e jornalista para cobertura do evento	vg	1
14	14- Concepção, produção, impressão e montagem das seguintes estruturas de arte pública:	vg	1
14.1	a) Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (2 – 100x95,5 cm e 2 – 291x 95,5 cm)		
14.2	b) Estruturas Abertas: Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (2 – 100 x 95,5 cm e 2 – 291 x 95,5 cm) + 16 Fitas vinil transparente (15x40 cm) com mensagem	vg	1
14.3	c) Estruturas Homenagem: Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (4 – 141,6x80cm) + 4 (60x6cm), vinil “PUXE” + 4 /75x45cm) vinil Janela	vg	1
14.4	d) Portas: Impressão de 2 vinis (100x210 cm) nas duas faces de cada porta + 2 vinis nos apoios (70x85 cm)	vg	1
14.5	e) Infobox : Impressão de 4 vinis (80x140 cm) em cada face da coluna	vg	1
14.6	f) Mini Cabaletes: Impressão uma face (20x25 cm)	vg	1
14.7	g) Paperclips: Impressão uma face c/ corte (80x123 cm)	vg	1
14.8	h) Fachas em tecido: Impressão uma face (80x145 cm)	vg	1
14.9	i) Roll –ups (100x200 cm)	vg	1
14.10	j) Expositor PopUp 3 vinis (73,2 x 223 cm)	vg	1
14.11	k) Prémios Homenageados	vg	1
15	15- Concepção e produção de materiais gráficos e outros necessários às 4 exposições fechadas	vg	1
16	16- Pagamento de outras despesas inerentes à consultadoria de intervenientes externos à organização do evento	vg	1
17	17- Teatro de Rua	vg	1
18	18- Outras despesas inerentes ao evento no âmbito da logística	vg	1
19	19- Concerto Musical para uma das homenagens	vg	1

2. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
3. O somatório das quantias a pagar ao prestador de serviços em função das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato **não pode, em qualquer caso, ser superior a 74.500,00 €, valor sem .**
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para os respectivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

#### Cláusula 8.ª

##### Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a recepção pela mesma das respetivas facturas, nos termos do art.º 36º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva e após o fornecimento dos bens, nos termos do art.º 9º, nº 1, da LCPA, Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução da presente prestações de serviços, **nos termos dos previstos na PARTE II - Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
3. Para além dos requisitos constantes do n.º 5 do artigo 36º do CIVA, com discriminação dos bens bens/serviços fornecidos, a quantidade e preços unitários, a factura deve igualmente mencionar o número do procedimento de contratação (13/ABS/2017), bem como o número de compromisso (requisição externa da despesa), e deverão ser emitida em nome do Município de Fafe e entregues no Edifício da Câmara Municipal, sito na Avenida 5 de Outubro, 4824-501 – Cidade de Fafe, no prazo de 5 dias após a sua emissão;
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através **de transferência bancária.**
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
6. O fornecedor fica ainda, obrigado junto dos respetivos sítios de internet para o Município consultar a situação contributiva junto da Segurança Social ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)) e pagamento de impostos ao estado ([www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt)).

#### Cláusula 9.ª

##### Penalidades contratuais



**Município de Fafe**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação de serviços objecto do contrato, até 20% do valor da proposta apresentada;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% valor da proposta apresentada.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor/prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a respectiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 10.ª****Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

**Município de Fafe**

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 11.ª****Resolução por parte da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

**Cláusula 12.ª****Resolução por parte do prestador de serviços**

O fornecedor/prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

**Cláusula 13.ª****Seguros**

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços, actividade profissional ou fornecimento de bens.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

**Cláusula 14.ª****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 15.ª****Subcontratação e cessão da posição contratual**

**Município de Fafe**

A subcontratação pelo fornecedor/prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 16.ª****Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 17.ª****Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 18.ª****Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.



---

**PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas**

---

**OBJECTO DE CONTRATO:**

*“Aquisição de Serviços para evento : Terra Justa 2017”*

**1- Condições e Obrigações da prestação de Serviços – Níveis Gerais :****a. Forma de prestação do serviço**

- Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade quinzenal, reuniões de coordenação com os representantes da referida entidade.
- As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

**b. Prazo da prestação de Serviços**

- O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no caderno de encargos, no prazo de 10 dias, a contar da data de assinatura do contrato, caso seja exigível;
- O evento realizar-se-á nos dias 5 a 8 de Abril de 2017;

**2- Condições e Obrigações da prestação de Serviços – Níveis de serviço específicas :**

- 1- Convite a individualidades e organizações, nacionais e internacionais, para CONVERSAS TEMÁTICAS;
- 2- Coordenação das CONVERSAS TEMÁTICAS;
- 3- Curadoria, design, selecção e gestão de conteúdos de EXPOSIÇÕES ANTOLÓGICAS;
- 4- Curadoria, selecção e gestão de conteúdos de EXPOSIÇÕES DE ARTE PÚBLICA;
- 5- Convite a individualidades e organizações, nacionais e internacionais para CONFERÊNCIAS. Convite ao(s) HOMENAGEADO(S) evento
- 6- Organização e Coordenação DA MESA DO CICLO DE CONFERÊNCIAS
- 7- Informação da logística do evento aos convidados
- 8- Coordenação do acolhimento dos convidados em articulação com a Câmara Municipal
- 9- Recepção, encaminhamento e despedida dos convidados
- 10- Selecção de material videográfico
- 11- Coordenação, edição, promoção e distribuição do LIVRO TERRA JUSTA, Encontro Internacional de Causas e Valores da Humanidade, em Fafe
- 12- Estabelecimento de parcerias de promoção publicitária do evento e assessoria
- 13- Colocação de uma equipa de vídeo e jornalista para cobertura do evento
- 14- Concepção, produção, impressão e montagem das seguintes estruturas de arte pública:
  - a) Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (2 – 100x95,5 cm e 2 – 291x 95,5 cm)

**Município de Fafe**

- b) Estruturas Abertas: Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (2 – 100 x 95,5 cm e 2 – 291 x 95,5 cm) + 16 Fitas vinil transparente (15x40 cm) com mensagem
  - c) Estruturas Homenagem: Impressão de 4 vinis nas faces superiores de cada estrutura (4 – 141,6x80cm) + 4 (60x6cm), vinil “PUXE” + 4 /75x45cm) vinil Janela
  - d) Portas: Impressão de 2 vinis (100x210 cm) nas duas faces de cada porta + 2 vinis nos apoios (70x85 cm)
  - e) Infobox : Impressão de 4 vinis (80x140 cm) em cada face da coluna
  - f) Mini Cabaletes: Impressão uma face (20x25 cm)
  - g) Paperclips: Impressão uma face c/ corte (80x123 cm)
  - h) Fachas em tecido: Impressão uma face (80x145 cm)
  - i) Roll –ups (100x200 cm)
  - j) Expositor PopUp 3 vinis (73,2 x 223 cm)
  - k) Prémios Homenageados
- 15- Conceção e produção de materiais gráficos e outros necessários às 4 exposições fechadas
- 16- Pagamento de outras despesas inerentes à consultadoria de intervenientes externos à organização do evento
- 17- Teatro de Rua
- 18- Outras despesas inerentes ao evento no âmbito da logística
- 19- Concerto Musical para uma das homenagens

Data: 13/3/2017

O Vice-presidente do Município

Dr. Pompeu Martins

